

Análise do Comportamento e Política

Behavior Analysis and Politics
Análisis del Comportamiento y Política

Isaias Pessotti ✉

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

RESUMO

Este artigo comenta as propostas de atuação política do cientista do comportamento, contidas em artigos de B. F. Skinner, reunidos em *Cumulative Record*, e confrontadas com alguns artigos de J. G. Holland. Aponta-se a precariedade dessas propostas diante da incompatibilidade entre os pressupostos da ciência do comportamento e as condições que regem o exercício concreto do poder político instituído. Aponta-se a importância da divulgação ampla das técnicas de controle do comportamento, à margem das instituições de governo e das organizações partidárias de oposição política.

Palavras-chave: Análise do comportamento; política; poder.

ABSTRACT

This paper aims at commenting the politic acting proposals by behavioral scientists as presented by B. F. Skinner's articles gathered in the book Cumulative Records and confronted with J. G. Holland's papers. The weakness of such proposals becomes clearer when one considers the incompatibility between behavioral science presuppositions and the conditions that actually determine the concrete institutionalized political power exercise. The importance of broad disclosure of behavioral control techniques, excluding both governmental institutions and opposing political party organizations as well.

Keywords: Behavior analysis; policy; power.

RESUMEN

*Este artículo comenta las propuestas de actuación política del cientista del comportamiento contenidas en artículos de B. F. Skinner (reunidos en su libro *Cumulative Record*) y confrontadas con algunos artículos de J. G. Holland. Se señala la precariedad de estas propuestas ante la falta de compatibilidad entre los presupuestos de la ciencia del comportamiento y la condiciones que rigen el ejercicio concreto del poder político establecido. Se considera la importancia de la más amplia divulgación de las técnicas de control del comportamiento, lejo de las instituciones gubernamentales y de las organizaciones del partido de oposición política.*

Palabras clave: Análisis del comportamiento; política; poder.

Após a publicação de *Walden Two*, em 1948, Skinner escreveu um conjunto de textos, depois agrupados na primeira parte da edição revisada de *Cumulative Record*, intitulada *The implications of a science of behavior for human affairs, especially for the concept of freedom*. Nesses escritos, Skinner (1955-1956/1961a, 1955/1961b, 1956/1961c, 1961) analisa criticamente o sistema de controle do que denomina “democracia ocidental” e indica como a análise científica do comportamento poderia contribuir para criar uma forma mais perfeita de ordenamento político. Esses textos, consultados em bloco para o presente trabalho, e referidos à edição mencionada de *Cumulative Record*, configuram uma proposta de organização sociocultural ou, mais precisamente, um projeto de atuação política do especialista em Análise do Comportamento.

A PROPOSTA SKINNERIANA

Em 1955-56, Skinner escreveu:

Embora a democracia ocidental tenha criado as condições responsáveis pelo surgimento da ciência moderna, é evidente, hoje, que ela

jamais aproveitará completamente essa realização. A assim chamada ‘filosofia democrática’ do comportamento humano, à qual ela também deu origem, está cada vez mais em conflito com a aplicação dos métodos da ciência aos problemas humanos. (Skinner, 1955-56/1961a, p. 3)

O objetivo declarado que essa filosofia proporia para uma organização sociocultural seria o de fazer que os “homens sejam felizes, informados, hábeis, bem comportados e produtivos” (Skinner, 1955-56/1961a, p. 3). Além disso, “Uma ciência do homem compartilha do otimismo dessa filosofia e provê sólida sustentação à crença de que os homens podem construir um mundo melhor e, por meio dele, homens melhores” (p. 3).

No entanto, essa democracia, Skinner (1955-56/1961a) reconhece, “. . . tornou-se ‘realista’, e é só com algum embaraço que alguém admite, hoje, um pensamento perfeccionista ou utópico” (p. 4).

Na verdade, o termo ‘realista’ esconde o fato de que o chamado Estado democrático, fundado na lei, admite toda sorte de exploração do homem pelo ho-

mem desde que não se oponha à forma da lei. Noutros termos, o que a lei não proíbe é legítimo. Sem apontar essas distorções, e contando com a eficácia de uma tecnologia do comportamento, Skinner (1955-56/1961a) mantém a sua confiança: “Não é hora de abandonar noções de progresso, melhoramento ou, até, de perfectibilidade humana” (p. 4). Isto porque, “O homem está capacitado, hoje como nunca antes, a caminhar com seus próprios pés” (p. 4), pois “conseguindo controlar o mundo, do qual faz parte, ele poderá aprender, por fim, a controlar a si mesmo” (p. 4).

Mesmo reconhecendo a possibilidade de opiniões contrárias, o otimismo de Skinner (1955-56/1961a) resiste, pois, “as opiniões dos homens podem ser mudadas” (p. 5). Ao que parece, mudando-se as opiniões contrárias estaria aberto o caminho para construir uma nova forma de cultura, já que as técnicas para isso estariam disponíveis “hoje como nunca antes”. O otimismo não parece se reduzir nem diante de outra possível objeção à forma ideal de ordenamento político que resultaria da ciência do comportamento, “o problema político” (p. 6). Nas palavras do autor: “Embora saibamos quais mudanças fazer e como fazê-las, precisamos ainda controlar certas condições relevantes, mas essas, há muito tempo, estão nas mãos de homens egoístas que não renunciarão a elas para tais propósitos” (p. 6).

Inicialmente, até seria possível “desenvolver áreas que no momento parecem sem importância, mas aos primeiros sinais de sucesso, os homens fortes reagirão [*will move in*]” (Skinner, 1955-56/1961a, p. 6). Isso porque a “história parece provar que o poder será provavelmente apropriado para propósitos egoístas” (p. 6), demonstrando o acerto da sentença de que “o poder corrompe”. Contudo, Skinner argu-

menta que a única evidência dessa apropriação do poder para fins egoístas é histórica e que “Um historiador otimista defenderia uma conclusão diferente. O princípio de que, se não existem muitos homens de boa vontade no mundo, o primeiro passo é criar mais desses homens, parece ganhar um reconhecimento crescente” (p. 6). O otimismo skinneriano é coroado com exemplos curiosos, até intrigantes:

O Plano Marshall (como concebido originalmente), o Ponto Quatro, a oferta de materiais atômicos a países carentes de energia, podem ou não ser completas novidades na história . . . mas sugerem uma crescente consciência [awareness] do poder da boa vontade governamental. . . . [Isso] não exemplifica uma generosidade desinteressada, mas um interesse que é o interesse de todos. Ainda não chegamos ao rei-filósofo, de Platão, e podemos não querer isso, mas a distância entre governo real e governo utópico está encurtando. (Skinner, 1955-56/1961a, pp. 6-7)

A alegação de que a forma democrática de sociedade preserva a liberdade dos cidadãos é repetidamente refutada em diversos escritos de Skinner (e.g. 1955/1961b, 1955-56/1961a, 1956/1961c, 1961d) argumentando que, embora ela, ao contrário dos regimes de força, pareça respeitar a livre escolha de cada um, constitui, na verdade, um outro regime de controle, menos agressivo, e menos explícito: “É importante notar que a concepção democrática tradicional não foi projetada como uma descrição no sentido científico, mas como uma filosofia a ser usada na criação e manutenção de um processo governamental” (Skinner, 1955-56/1961a, p. 8). Ao invés da força bruta e das punições físicas, a forma democrática de sociedade emprega métodos de per-

suasão que, “numa obra-prima de disfarce . . . são apresentados simplesmente como meios para ‘fazer que alguém mude de ideia’” (p. 9). A conduta pretendida é forçada por outros meios. “Os métodos de educação, discurso moral e persuasão são aceitáveis não porque reconhecem a liberdade do indivíduo ou seu direito de dissentir, mas porque tem uma contribuição apenas *parcial* para o controle do seu comportamento” (p. 10). Por isso, “Não importa o quão julgemos efetivas, essas práticas democráticas correntes . . . é quase certo, que não são a forma *final* de governo. . . . A conquista última da democracia pode ser longamente protelada a menos que enfatizemos os reais objetivos ao invés dos artifícios verbais do pensamento democrático” (p. 8).

Depois dessa crítica, Skinner (1955-56/1961a) sustenta que uma forma nova de ordenamento político deverá derivar da ciência do comportamento, da análise das condições ambientais que determinam a conduta dos cidadãos; pois, dado que “algum tipo de controle do comportamento humano é inevitável. Nós não podemos usar o bom senso nos negócios humanos a menos que alguém se engaje no planejamento e na construção de condições ambientais que afetam o comportamento dos homens” (p. 10).

Desse modo, em resumo, a forma de organização política mais primitiva, baseada no poder da força bruta, historicamente foi superada pela forma dita democrática, cujos métodos de controle mais disfarçados não produzem tão facilmente a revolta (o controle exercido pelos controlados), mas é igualmente coercitiva. Uma forma superior seria a derivada da criação de condições ambientais favoráveis para a produção dos comportamentos mais convenientes para o indivíduo e para a sociedade, sem que se precisasse empregar os meios coercitivos do governo dito

democrático. Para chegar a ela seria importante (até essencial), que se consulte o cientista especializado em controle do comportamento.

Deduz-se que esse cientista deve ser um consultor indispensável quando se projeta uma forma superior de ordenamento político. Até porque rejeitar a contribuição do cientista pode acarretar prejuízos, pois, nas palavras de Skinner (1955-56/1961a): “não podemos pretender exportar, com sucesso uma forma democrática de governo, se não fornecermos também as práticas culturais que a sustentarão” (p. 16). Portanto, seria preciso reconhecer o papel da ciência nesse processo, uma vez que:

se continuamos a insistir em que a ciência não oferece mais que uma forma nova e horrível de tirania, poderemos produzir justamente esse resultado deixando que a força da ciência caia nas mãos dos déspotas. E se, por sorte, ela cair nas mãos de homens de boa vontade em outras comunidades políticas será uma derrota mais constrangedora; pois . . . seremos forçados a deixar para outros o próximo passo na longa luta do homem para controlar a natureza e a si mesmo. (Skinner, 1955-56/1961a, p. 18)

Como se vê, a assessoria do cientista ao poder dominante (leia-se: ao governo) é recomendada como fundamental; e rejeitá-la pode trazer desastres. Uma vez que o cientista detém um poder a ser preservado: “Não poderemos tomar decisões sábias se continuarmos pretendendo que o comportamento humano não seja controlado”, pois “medidas como essas enfraquecem apenas a nós mesmos deixando o poder [*sic*] da ciência para outros” (Skinner, 1955-56/1961a, p. 11).

Mas não se trata de rejeitar totalmente a forma democrática ocidental de governo, pois:

Lentamente, e ainda imperfeitamente, temos construído um ordenamento ético e governamental que não permite ao homem mais forte usar o poder derivado de sua força para controlar os outros homens. Ele é contido por uma força superior criada para esse propósito – as pressões éticas do grupo, ou mais explicitamente, as medidas religiosas e governamentais. (Skinner, 1955-56/1961a, p. 11)

Vale ressaltar que o texto skinneriano não aponta abusos outros que não o da força, como os do poder econômico, mesmo porque essa “democracia ocidental” defende a livre empresa.

Em resumo, segundo esses escritos, a atuação política eletiva do analista do comportamento é a de dar ao governo democrático uma assessoria iluminada (até estratégica), que leve o poder dominante a decisões baseadas na ciência do comportamento, de modo a substituir os controles parciais que a democracia exerce. Embora a democracia proclame que o comportamento humano não é controlável ou que a ciência poderá estabelecer uma nova forma de despotismo, Skinner garante: “Nenhum cientista, estou seguro, pretende . . . submeter a vontade do povo a governantes despóticos por novos meios. Essas são padrões de controle próprios de um mundo sem ciência” (Skinner, 1956/1961c, p. 32).

Trata-se, portanto, de substituir uma forma de ordenamento político por outra forma, na qual os métodos usuais de coerção ou de persuasão sejam dispensáveis. E, mais ainda, cabe ao cientista do comportamento, nada menos que projetar o futuro,

pois essas formas despóticas de controle serão “as primeiras a desaparecer quando a análise experimental [*sic*] do comportamento assumir seu papel no planejamento das práticas culturais” (Skinner, 1956/1961c, p. 32).

Não se propõe, portanto, um confronto de formas de organização política, mas um aperfeiçoamento da democracia, baseado no conhecimento científico do comportamento. Paralelamente se insinua que tentativas setoriais de implantação da forma política ideal não seriam fatalmente sufocadas ou destruídas pelo poder dominante. Pois, embora, na história, centenas de inovações ou dissidências políticas, religiosas ou científicas tenham sido sistematicamente oprimidas ou suprimidas, um historiador “otimista”, segundo Skinner, avalizaria aquelas tentativas. Desse modo, ao cientista caberia assessorar o governo democrático e tentar inovações setoriais no seio da sociedade civil.

É um programa otimista. E inegavelmente ingênuo, em vários aspectos: 1) concebe a estrutura de poder dominante como uma forma estabelecida, a ser substituída; 2) admite que a criação de práticas políticas alternativas em setores circunscritos da sociedade pode ser tolerada pelo poder dominante e até prosperar, mesmo que os cidadãos envolvidos continuem controlados pelo poder prevalente; 3) admite que o governo se ajustará às formas propostas pelo cientista assessor, convencido pelo peso científico dessas propostas.

OS ARTIGOS DE J. G. HOLLAND

Cerca de duas décadas depois, J. G. Holland (1978a) escreveu um artigo apontando quanto os behavioristas engajados em projetos de combate ao alcoolismo

lismo e à criminalidade atuavam na verdade como instrumentos da estrutura de poder dominante, pois visavam a correção dos efeitos do sistema sobre as pessoas, deixando intocadas as contingências que ele gerencia, principalmente a estratificação social e o reforçamento à competição. Diante das reações dos colegas, Holland escreveu, no mesmo ano, uma réplica (1978b), na qual afirma:

[Eu concordo inteiramente em] que o behaviorismo radical não se desenvolveu em resposta às necessidades do nosso sistema social. . . . Enquanto as aplicações estiveram frequentemente a serviço do poder, a ciência, behaviorismo radical, desenvolveu-se como uma ciência objetiva, descritiva. Isto pode ter sido o resultado de um benéfico descuido. Muito da pesquisa de Skinner não se concretizou e muitos anos transcorreram entre seus trabalhos mais importantes e uma resposta qualquer a eles. (p. 185)

E continua explicando um risco que behaviorismo poderia oferecer ao capitalismo:

O behaviorismo é perigoso para o sistema capitalista porque rejeita as causas internas usadas para justificar a estratificação [social]. . . . Assim, a incompreensão ou rejeição popular ao behaviorismo de fato serve a uma necessidade do sistema social. (p. 185)

Como se vê, Holland não partilha da crença de Skinner em alguma boa-vontade do poder político prevalente, e parece menos entusiasta quanto à contribuição do behaviorismo para mudá-lo. Isto porque o sistema estimula a competição em vez da colaboração entre as pessoas. Aliás, os grandes

problemas sociais, segundo Holland, são produtos da necessidade de competir, que o sistema capitalista reforça. Por isso, ele constata que China e Cuba “progrediram bem no sentido de se tornarem sociedades coletivas, igualitárias e sem classes” (p. 186) e, conseqüentemente:

Elas [China e Cuba] praticamente eliminaram o abuso drogas, o alcoolismo, a prostituição e o analfabetismo; e reduziram consideravelmente a criminalidade e as doenças mentais. Cuba, por exemplo, em um único ano, 1961, reduziu a taxa de analfabetismo de cerca de 25% para quase zero. (Holland, 1978b, p. 186)

No texto, Holland (1978b) não esclarece quanto desses êxitos resultou de alguma contribuição do behaviorismo, ou de medidas governamentais outras, mas o fato é que “muito se pode fazer quando as contingências apoiam a cooperação ao invés da competição, em formas de governo igualitárias ao invés de hierárquicas” (p. 186). No entanto, é preciso reconhecer “que bem pouco se pode fazer com algum tapa-buraco [*quick fix*] em situações especiais, quando o ambiente predominante original se mantém”. E mesmo “os delineamentos de reversão, tão favorecidos pelo JABA, provam igualmente quando o comportamento depende das contingências predominantes” (p. 186).

Assim, Holland (1978a, 1978b) diverge da proposta skinneriana, seja por admitir que o poder prevalente anula os esforços setoriais de reforma que visam a limitá-lo ou substituí-lo, seja por apontar que, como assessor científico (estratégico) do poder prevalente, o analista do comportamento acaba por ficar a serviço dele. É o que Holland constata ao concordar

com um de seus críticos: “A sua sugestão de que os profissionais podem ser caracterizados como agentes duplos concorda . . . comigo ao reconhecer o frequente alinhamento dos praticantes do behaviorismo com o poder” (Holland, 1978b, p. 186).

Diante desses impasses, Holland (1978b) considera a possibilidade de o behaviorista contribuir para melhorias localizadas participando da “crescente experimentação em cooperativas locais e associações de moradores [*collective neighborhood groups*]” (p. 187).

Mais realista que Skinner nos anos cinquenta do século passado, diante das possibilidades de uma atuação política reformadora do behaviorista, Holland reconhece a precariedade de iniciativas setoriais, de um lado; e, de outro, aponta o risco de o analista do comportamento servir ao jogo do poder político prevalente e tornando-se, assim, “parte do problema” que pretende resolver (Holland, 1978a).

As argumentações de Skinner e de Holland são tentativas de entender o poder e seus mecanismos a partir do enfoque do cientista, isto é, presumindo que toda a mecânica do poder pudesse ser explicada por uma ciência do comportamento. Elas partem de uma concepção de poder como uma forma definida e estável de tomar decisões segundo alguma ideologia ou, pelo menos, segundo a lógica, aliás, a mesma lógica da ciência. Mas ocorre que o poder político concreto não é um sistema formalizado, não é uma forma estruturada de controle à qual o cientista poderia opor a sua forma – superior, pois mais produtiva e não coercitiva (inspirada talvez nos moldes de *Walden Two*). Falta ao enfoque formalizante do cientista a percepção

correta da mecânica concreta do poder, tal como revelada em ensaios filosóficos sobre a vida contemporânea, como, por exemplo, os de Foucault (1975, 1977).

Nos textos foucaultianos percebe-se quanto pode ser ingênua a pretensão, do cientista, de influir por meio de sua ciência nas decisões do poder político. O poder não segue formas como uma doutrina e, a rigor, não se estrutura como um sistema ou práxis. Expande-se como uma rede de pontos de apoio; mas uma rede informe e em constantes mudanças, ditadas pelas urgências momentâneas de controle interno de suas forças e de competição ou dominação externa. Ora, a ciência busca formas, regidas por critérios lógicos. Mas a lógica do poder é outra, é a do jogo de forças; preservá-lo é administrar jogos de forças; ampliá-lo é estender sua rede de pontos de apoio e barrar forças contrárias. Ora, para esse jogo, necessariamente oportunista, tanto as definições ideológicas antes proclamadas, como as informações da ciência, são irrelevantes, até inconvenientes; segui-las é engessar o exercício do poder, pois elas impedem o jogo oportunista e aético das decisões e das alianças políticas. O poder nutre-se de forças e aborrece as formas. (Incidentemente: o discurso ideológico, as definições programáticas são indispensáveis a qualquer partido de oposição, como recurso para ampliar progressivamente a sua rede de pontos de apoio, apenas até ser capaz de disputar o poder hegemônico).

Também entre os grupos (revolucionários ou não) que lutam contra o poder prevalente, ou para conquistá-lo, a inocuidade da teoria se repete. Eles também estão interessados essencialmente em aumentar suas forças, enfrentar forças

contrárias, multiplicar seus quadros e alianças, e aborrecem teorias, esquemas científicos ou, numa palavra, formas.

Portanto, o exercício real da política, seja por parte do poder prevalente, seja por parte dos grupos de oposição, prescinde olímpicamente de qualquer saber científico enquanto tal, seja como teoria, seja como subsídio tecnológico para a construção de um melhor ordenamento político. Enquanto rede amorfa e mutável de pontos de força, o poder político não tem uma identidade estável, não tem uma forma à qual se possa contrapor uma forma superior, nos moldes de *Walden Two*. Por isso, os esforços para instituir ordenamentos mais perfeitos em grupos ou áreas ou categorias restritas de cidadãos, só podem prosperar na exata medida de sua inocuidade no jogo de forças dos que detêm ou pretendem o poder político prevalente, e na exata medida em que as contingências geridas pelo poder dominante o permitam.

Dada essa escassa importância do saber científico (como forma teórica) no jogo de forças da luta pelo poder político ou contra ele, qual o papel de um analista do comportamento, ciente dos abusos de poder e das injustiças da denominada “democracia ocidental”? Como foi dito, como assessor de um governo ou da oposição política, seu saber servirá apenas se e quando interessar ao jogo de forças oportunista da luta para manter ou tomar o poder. Na melhor das hipóteses seu papel será o de um tecnocrata. Descartável a qualquer momento, segundo as conveniências do jogo de forças.

Resta, então, um caminho: abrir mão da pretensão de dirigir ou liderar ou orientar categorias ou grupos de cidadãos para algum objetivo determinado, mes-

mo se ditado pela ciência. E, em vez de criar grupos localizados (sujeitos também aos controles, discordantes, do poder hegemônico), criar apenas um *processo*. Um processo aberto, não circunscrito a áreas ou grupos determinados, mas capaz de reduzir o poder de submissão fácil exercido por *qualquer agente controlador*: seja o governo ou oposição política, sejam as igrejas, as agências de *marketing*, seja o mercado financeiro ou o próprio cientista do comportamento.

Como fazer isso? A “exposição mais completa possível das técnicas de controle” do comportamento não é apenas “o primeiro passo na defesa contra a tirania”, como escreveu Skinner (1955-56/1961a, p. 11). Ela é *o recurso mais eficaz na defesa contra a submissão incauta a qualquer tipo de agente controlador, incluído o analista do comportamento*. Já não se trata de ensaiar a montagem de alguma comunidade reformada, ou de dirigir algum movimento comunitário, mas de precaver qualquer cidadão, contra sua manipulação pelo poder. Qualquer poder.

Concretamente: a função política positiva do analista do comportamento é a de difundir, aos quatro ventos, sem escolha de sedes ou de partidos, ou de grupos, ou de categorias de pessoas, as técnicas usadas pelos diversos detentores do controle: governo, fabricantes, comerciantes, agentes de publicidade, órgãos de informação, líderes religiosos ou ativistas políticos (behavioristas ou não). Trata-se de propiciar uma espécie de vacinação em massa contra a submissão incauta às técnicas de controle. Informar a qualquer cidadão em linguagem simples como e quanto seu comportamento é manipulado. Quase sempre em benefício de quem o manipula. Se alguma iniciativa de contracontrole

resultar desse esclarecimento, deverá ser o produto de decisões dos controlados e não de qualquer projeto científico iluminado, do analista do comportamento. Desse modo, a atuação do cientista deve ser essencialmente anárquica (no sentido literal do termo).

Aliás, voltando aos textos de Skinner, é preciso não esquecer que “a força de qualquer governo depende da força dos governados” (Skinner, 1955/1961b, p. 22). Enquanto o conhecimento dos processos de controle não chegar aos governados, a força dos governos crescerá imperturbada.

REFERÊNCIAS

- Foucault, M. (1975). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1977). *Microfísica del potere*. Torino: Einaudi.
- Holland, J. G. (1978a). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *11*(1), 163-174.
- Holland, J. G. (1978b). Toward a solution. *Journal of Applied Behavior Analysis*, *11*(1), 185-187.
- Skinner, B. F. (Org.). (1961a). Freedom and the control of men. In *Cumulative record* (pp. 3-18). New York: Appleton-Century-Crofts. (Originalmente publicado em 1955-56).
- Skinner, B. F. (Org.). (1961b). The control of human behavior. In *Cumulative record* (pp. 18-23). New York: Appleton-Century-Crofts. (Originalmente publicado em 1955).
- Skinner, B. F. (Org.). (1961c). Some issues concerning the control of human behavior. In *Cumulative record* (pp. 23-36). New York: Appleton-Century-Crofts. (Originalmente publicado em 1956).
- Skinner, B. F. (Org.). (1961d). The design of cultures. In *Cumulative record* (pp. 36.01-36.12). New York: Appleton-Century-Crofts.